

Rodas de Conversa como Dispositivos de Reflexão, Produção de Conhecimento e Mobilização: Experiências na Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Conversation Circles as a Reflection Strategy, Knowledge and Mobilization: Experiences of the Federal University of Paraíba

RESUMO

O sentido público de universidade diz respeito à sua capacidade de incidir sobre os desafios postos à sociedade, sendo as condições para isso cada vez mais escassas, o que se torna ingrediente para as greves recentes das instituições federais de ensino. Partindo-se da compreensão da greve como instrumento de luta, quatro docentes e um discente da Universidade Federal da Paraíba desenvolveram rodas de conversa, com o objetivo de movimentar a Universidade e potencializar seu senso de coletividade e sua capacidade crítica e criativa. O presente texto apresentará como se deram essas rodas de conversa e de que forma contribuíram para o exercício do papel social da universidade por seus participantes. Foram realizados oito encontros, de julho a novembro de 2015, no período de greve, no departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba, das quais participaram estudantes, docentes, servidores técnicos e comunidade em geral. Discutiram-se temas socialmente relevantes, como o caráter público da universidade, homofobia, violência contra a mulher negra e assistência estudantil. As rodas propiciaram elementos que foram ao encontro do que acreditamos com relação ao papel social da universidade, com espaços para troca de saberes e para produção coletiva de conhecimento, reflexões e ações socialmente relevantes.

Palavras-chave: Universidade Pública. Rodas de Conversa. Greve. Mobilização.

ABSTRACT

The public sense of the university relates to its ability to focus on the challenges posed to society, and the conditions for this are increasingly scarce, which becomes ingredient for the recent strikes of the federal educational institutions. Starting from the understanding of the strike as a struggle instrument, four professors and one student of the Federal University of Paraíba developed conversation circles, in order to move the university and enhance their sense of community and their critical and creative capacity. This paper will present how happened this conversation circles and how they contributed to

MARÍLIA MEYER
BREGALDA, BEATRIZ
PRADO PEREIRA E
JOANA ROSTIROLLA
BATISTA DE SOUZA

Universidade Federal da Paraíba.

Centro de Ciências da Saúde,
Paraíba, Brasil

DANIEL DE CAMPOS
ANTIQUERA

Universidade Federal da Paraíba.

Centro de Ciências Sociais
Aplicadas, Paraíba, Brasil

the exercise of the social role of the university by their participants. Eight meetings were held from July to November 2015, the strike period, at the Occupational Therapy Department of the Federal University of Paraíba, attended by students, teachers, technical servers and the community in general. They were discussed socially relevant issues, such as the public nature of the university, homophobia, violence against black women and student assistance. The circles have provided elements that were in line with what we believe about the social role of the university, with spaces for exchanges and collective production of knowledge, socially relevant reflections and actions.

Keywords: Public University. Conversation Circles. Strike. Mobilization.

INTRODUÇÃO

O Papel Social da Universidade Pública

Ao discutirmos uma atividade de extensão proposta num momento de greve, partimos de algumas concepções sobre o papel de uma universidade pública, que devem ser explicitadas. O sentido público da universidade diz respeito, por um lado, à sua capacidade de incidir sobre os desafios postos à sociedade em que está inserida. É evidente que a resposta a quais são estes desafios pode ser múltipla. Seja como for, trata-se da relevância social do que a Universidade produz – pesquisa; conhecimento; cultura; formação; profissionais; subsídios para as políticas públicas e ações coletivas; inovações técnicas, teóricas, metodológicas e capacidade de melhor compreensão da (e intervenção na) realidade. Não é difícil concluir que esta dimensão do caráter público da Universidade (a relevância social do que produz) está muito aquém das necessidades. As condições para o cumprimento deste papel são cada vez mais escassas: falta de autonomia, determinação das prioridades pelo financiamento (governamental ou privado), insuficiência de recursos (humanos, financeiros e infraestrutura), precariedade das condições de trabalho (ensino, pesquisa e extensão), distorções sobre o que seja o próprio trabalho intelectual e, claro, o cruzamento de conhecimento e interesses que Bourdieu [5] chamou de campo científico¹, gerando práticas e hábitos (por vezes institucionalizados) perversos e várias cisões no interior da comunidade universitária.

De forma mais específica, é preciso olhar para alguns desafios fundamentais enfrentados historicamente pela sociedade brasileira: sua condição de sociedade capitalista dependente [14] de onde decorrem tanto o fosso, com relação ao desenvolvimento dos países dominantes, como a subordinação financeira, política e tecnológica e a superexploração do trabalho [14]. A dificuldade de avançar para um modelo político democrático, aberto à participação ampla e popular, com menos concentração do poder [11]. A brutal desigualdade social, expressa em indicadores de renda, características do mercado de trabalho, saúde, saneamento básico, educação, alimentação, moradia, sistema carcerário, expectativa de vida e mortalidade infantil, racismo etc. Uma universidade

¹ As disputas no interior das universidades, não raro, são mais mesquinhas do que a luta pelo monopólio da ciência, de sua legitimidade e prestígio, que está presente na definição de campos para Pierre Bourdieu.

que não enfrente, nas diversas áreas do conhecimento² e frentes de ação, esses desafios não pode, em nossa concepção, ser chamada de *pública*.

Por outro lado, o sentido público refere-se à possibilidade de a universidade ser uma opção aos mais diferentes setores sociais, notadamente àqueles mais explorados. Nesse aspecto, temos um sentido contrário àquele representado pela universidade pública ao longo de sua história no Brasil [7], que Darcy Ribeiro sintetiza na expressão “mentalidade elitista”. “Esta estrutura federativa, profissionalizada, rígida, autárquica, estagnada, duplicadora, autocrática e burocrática tem por atributos funcionais sua extrema rigidez e seu caráter elitista” [15]. Temos uma universidade construída para uma pequena parcela da elite, e ainda hoje pouco acessível à maior parte da população. E o modelo de ampliação de acesso foi via universidades privadas, modelo consolidado pela Reforma Universitária de 1968 [8], e que só se reforçou, chegando ao dado atual: 87,4% das instituições de ensino superior são privadas, e 74,9% das matrículas estão nestas instituições [4]. Isto significa que boa parte dessa população ficará endividada para se formar e estará submetida a uma lógica universitária diferente daquela pública mencionada acima (em termos de formação integral, pesquisa, extensão e cultura). E mesmo no caso das universidades públicas, que representam apenas 25,1% das matrículas, o ingresso não garante permanência. Pelo contrário, aumentam cada vez mais os problemas relacionados à assistência estudantil (moradia, alimentação, transporte, apoio médico, comunitário e psicológico) e à falta de condições para um processo de ensino-aprendizagem de alta qualidade.

Curiosa e tristemente, as três grandes ameaças à universidade apontadas por Florestan Fernandes em 1975 continuam presentes e mais fortes: a submissão à uma tutela exterior cega e inflexível, a depreciação do radicalismo intelectual e o isolamento do jovem do fluxo de reconstrução da sociedade [10].

Todos estes problemas aparecem como ingredientes para as greves recentes das universidades federais, que se expandiram muito quantitativamente, mas sem o proporcional aumento de recursos e, principalmente, sem mecanismos efetivamente participativos com que a comunidade universitária pudesse refletir e contribuir com a formulação da política para o ensino superior. O agravante é que estas greves, associadas às de outros servidores públicos federais, ocorrem contra um governo dirigido pelo Partido dos Trabalhadores, o que representou enormes limitações já que esse partido tem uma base social muito forte dentro das universidades (e também nos movimentos sociais), além de uma relação bastante íntima com a maior parte do movimento sindical (Central Única dos Trabalhadores). Em 2013, foram quatro meses de greve, com o governo muito forte do ponto de vista da popularidade e da base legislativa. Sem sucesso. E em 2015, cinco meses de greve, com o governo com baixíssima popularidade e sem apoio no Congresso. Sem sucesso também. Principalmente em 2015, o cenário foi de uma adesão menor do número de universidades (comparado a 2013) e menor mobilização interna.

² Evidentemente a ideia não é que as diferentes áreas do conhecimento tratem dos conceitos expostos, próprios das ciências humanas, mas sim dos efeitos concretos na realidade dos fenômenos visados por aqueles conceitos, que envolvem questões de saúde, engenharia, técnicas e tecnológicas, agrárias, comportamentais etc.

A greve docente na UFPB em 2015 e apontamentos sobre a greve como instrumento de luta

Em maio de 2015, após meses de tentativas de negociações dos movimentos sindicais com o governo, foi deflagrada a greve dos docentes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que duraria 5 meses – a greve mais longa da história da Instituição até o momento. As reivindicações surgiram em um momento de crise política e econômica no Brasil, que deixou o caráter público da Universidade sob grande ameaça. Assim, a luta não era apenas pelo reajuste salarial, mas também pelo comprometimento do Governo com a não adoção das Organizações Sociais (OSs) para o gerenciamento das Instituições Federais de Ensino (IFE); pela reversão dos cortes orçamentários, garantindo os valores previstos na Lei Orçamentária de 2015 para a manutenção, os investimentos já previstos e a garantia de assistência e permanência estudantil; pela retomada de cargos extintos, como os serviços de limpeza e segurança, atualmente terceirizados; pela criação de novas vagas e autorização da ocupação dos cargos docentes já existentes; pela liberação das verbas para a conclusão das obras inacabadas e para novas obras e equipamentos necessários diante da expansão já realizada e projetada pelas IFE; pela revogação da Lei nº 9192 de 21 de dezembro de 1995 [1]; pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2015 [2]; e outras pautas relacionadas à reestruturação da carreira e à valorização salarial de ativos e aposentados.

Durante esse período e ao fim dele as mídias de grande veiculação no Estado noticiaram os acontecimentos e as decisões deliberadas nas assembleias de greve, como exemplos: “Greve na UFPB: o prejuízo maior é para o aluno” (grifo nosso) [17]; “Após 132 dias *parados*, professores da UFPB terminam a greve” (grifo nosso) [9]; “Mais de 38 mil alunos da UFPB serão prejudicados com a greve dos professores” (grifo nosso) [13]. As entrelinhas das notícias estimulavam a opinião popular contrária ao movimento da greve docente.

Na rede social *Facebook*, estudantes teciam seus comentários sobre o comportamento dos docentes durante o período de greve e sobre os próprios entendimentos do que o movimento representava: “O que vai ser dos ‘sem terra’ que tomaram conta da UFPB durante as ‘férias’?”; “se der tempo dos professores chegarem da Europa sim”; “tava até me acostumando com a vagabundagem”.

Esse foi um movimento com pouco apoio popular, da mídia e de parte considerável da própria categoria docente. Em outubro de 2015, foi deliberado o fim da greve, sem sucesso nas negociações e com importantes consequências para o trabalho dos docentes, para os estudantes, para a comunidade e para a defesa da UFPB e das universidades públicas. Falava-se dos professores que tratavam a greve como sinônimo de férias, que aproveitavam esse tempo para aumentar a produtividade em pesquisa e incrementar o currículo. Professores foram ridicularizados e tidos como “vagabundos” por alguns setores. As aulas foram suspensas e os estudantes autointitulados como os “maiores prejudicados” pela greve. Boatos de variadas ordens circulavam a respeito de professores que, supostamente e, por exemplo, viajaram para a Europa de férias. Independente de as opiniões expostas representarem setores bastante particulares, e possivelmente contrários à greve por princípio, o fato de ter havido uma adesão restrita e uma dificuldade

de conquistas reais coloca em questão o formato das greves nas universidades públicas. Estaria a greve falida como instrumento de luta social pela garantia e manutenção dos direitos no caso das universidades públicas? É possível revitalizá-la? Como?

Antes tida como delito, de 1988 em diante a greve passou a ser um direito constitucional [3; 6]. No setor privado, é regulamentada pela Lei n.º 7.783 de 28 de junho de 1989 [4], que garante as atividades essenciais a serem mantidas durante a greve e prevê o atendimento às necessidades inadiáveis da comunidade; no setor público, uma Emenda Constitucional, em 1998, retirou a necessidade de uma lei complementar de regulamentação da greve, porém manteve a necessidade de lei ordinária [3], ainda não editada.

Bordignon e Saldanha [6] relembram o início das greves no Brasil, surgidas das manifestações e lutas sociais ocorridas ao longo dos anos nos setores privados e, mais recentemente, no âmbito das instituições públicas – com grande frequência nas últimas décadas. Para as autoras, por meio da história das lutas sociais e reivindicações dos trabalhadores brasileiros, a greve se tornou um instrumento de negociação coletiva e de defesa dos trabalhadores. Nela, as atividades são paralisadas para que os trabalhadores possam agir em defesa de seus interesses profissionais, procurando estabelecer de forma organizada a luta por melhores condições de trabalho e de vida.

Durante a paralisação da qual trata este texto, o comportamento de alguns professores, a mídia oportunista e, por muitas vezes, tendenciosa, a desinformação dos alunos e, por sua vez, a não legitimação da luta docente pela população, provocaram algumas iniciativas no espaço da Universidade no sentido de buscar uma ressignificação da greve, no sentido de recuperar, mesmo que de forma pontual e sem a abrangência necessária, seu sentido histórico de mobilização, questionamentos, debates e proposição de intervenções.

Inegavelmente, ao longo da história, a greve tem sido um instrumento legítimo de luta social. Na busca pelo resgate do sentido de uma greve que envolvesse, de alguma forma, os estudantes e fortalecesse o movimento, de forma a combater a estigmatização do mesmo, nós, um pequeno grupo de três professoras da UFPB, do Departamento de Terapia Ocupacional, estimuladas pelo Coletivo Representativo dos Docentes em Luta (CORDEL³), do qual fazemos parte, iniciamos algumas atividades de greve voltadas para a comunidade acadêmica e não acadêmica, que consistiram em *Rodas de Conversa*.

MATERIAIS E MÉTODOS

As rodas de conversa foram escolhidas como o dispositivo a ser utilizado pelo fato de permitir o diálogo com os temas próprios do caráter público da Universidade, criar um espaço de interação, reflexão e mobilização que envolve diferentes setores (docentes, servidores técnicos, estudantes, terceirizados) e por ter um caráter efetivamente

³ Coletivo de professoras e professores surgidos durante a greve de 2012 justamente para ajudar a criar outro cenário de mobilização e fortalecimento do movimento docente, refletir conjuntamente a universidade e conjuntamente lutar por ela, diferenciando-se da burocratização e ineficácia da seção sindical local, bem como, do outro lado, do isolamento e resignação frente a permanentes ataques à educação pública. Tem como motor principal a diversidade de pensamento e a certeza de que só coletivamente é possível uma proposta de universidade comprometida com as lutas sociais.

horizontal, aberto às expressões de diferenças, não burocratizado. Um dos objetivos foi o de movimentar a Universidade, potencializar e não suspender sua capacidade crítica, criativa, e seu senso de coletividade – em oposição ao esvaziamento que, de fato, se verifica em períodos de greve. Assim, ao lado do caráter de enfrentamento com as políticas governamentais que prejudicam a Universidade (inclusive em aliança com outros setores), experimenta-se a possibilidade de, paralisando as atividades regulares, substituí-las por outras de reflexão de conjunto, de diferentes perspectivas, infelizmente tão difíceis no exercício cotidiano das atividades acadêmicas, e que viabilizem a sua continuidade após o fim do período de greve. Pode-se dizer que a direção pretendida é uma das funções apontadas por Boaventura de Sousa Santos no qual propõe que “[...] a universidade terá um papel modesto, mas importante no re-encantamento da vida coletiva sem a qual a vida não é apetecível, mesmo se viável” [16].

Foram realizadas oito rodas de conversa, com duração média de duas horas e meia, de julho a novembro de 2015, durante o período de greve, no departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A frequência foi variável – na primeira observou-se a presença de diversos docentes do referido departamento e poucos discentes; já nas demais houve preponderância de estudantes dos diversos centros de ensino da instituição, principalmente do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA). A média de participação foi de 25 participantes, com número de pessoas variando entre 10 e 50 pessoas, entre docentes, discentes e pessoas da comunidade não acadêmica. A divulgação foi feita por meio de redes sociais e contatos pessoais dos organizadores das rodas e dos participantes mais assíduos. Foram priorizados temas considerados socialmente relevantes, e o tema da roda seguinte era sempre decidido conjuntamente no final de cada encontro. As idealizadoras da roda foram três docentes do curso de Terapia Ocupacional da UFPB, somando-se em seguida um docente e um discente do curso de Relações Internacionais da mesma Universidade. A mediação e facilitação das rodas circulava entre os quatro docentes, o discente e demais participantes convidados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, segue um relato descritivo dos aspectos mais relevantes de cada roda, na ordem cronológica em que aconteceram.

Universidade Pública: o que isso tem a ver com você?

Em diálogo com o momento de greve por que passava não só a UFPB, mas parte das universidades brasileiras, foram convidados um professor do Departamento de Relações Internacionais, um servidor técnico administrativo e um estudante, todos da UFPB e envolvidos com a mobilização local. A proposta era fazer uma reflexão conjunta que relacionasse a greve com o cotidiano da Universidade, bem como com seus rumos, e permitisse um espaço de expressão das dúvidas, questionamentos e preocupações de pessoas que não acompanhavam tão de perto o processo. Foram destacados o

enfraquecimento do caráter público da Universidade (não só, mas também por processos de privatização), a precariedade das condições de trabalho (espaços, financiamentos, recursos), sua perda de relevância social, o contexto de corte de verbas, produção guiada meramente pela quantidade (em detrimento da qualidade e impacto), e o cenário de fracionamento da comunidade universitária, com dificuldade de construção de posições e ações coletivas e, por fim, a necessidade de enfrentamento, seja dentro da Universidade, seja em associação com processos políticos mais amplos. Também foram objetos de reflexão a conjuntura de crise econômica e política e as distorções das direções sindicais, apegadas aos recursos, estrutura, prestígio e projeção do sindicato, e incapazes de fomentar uma mobilização e a disposição de enfrentamento maiores. A participação de cerca de 20 pessoas, entre docentes e discentes, permitiu um bom amadurecimento do debate sobre o significado de se fazer greve na universidade, a importância e os custos dessa decisão, a predominância do caráter individualista e fragmentário do ambiente acadêmico, a dificuldade de conquistas num momento de crise, mas a necessidade de não se aceitar passivamente que os caminhos da Universidade, bem como da política, sejam impostos sem um debate democrático e amplo.

Redução da Maioridade Penal

Esse encontro foi iniciado com um áudio gravado por uma professora do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) que, de forma irônica e dramatizada, provocou discussões em relação à temática da Redução da Maioridade Penal no Brasil. Era um momento em que o Brasil vivia intensamente a discussão sobre a proposição da Emenda Constitucional PEC 171/93, que propunha a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, nos casos de crimes hediondos (estupro, sequestro, latrocínio, homicídio qualificado e outros), homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte. O áudio feito pela professora problematizava algumas falas de senso comum que frequentemente apareciam, principalmente, nas redes sociais sobre a responsabilização dos jovens sobre suas escolhas e seus atos, sobre os Direitos Humanos serem efetivos apenas para “defender bandido” e que “bandido bom é bandido preso ou morto”. Foi possível, junto com os estudantes e demais participantes, refletir, desconstruir e construir os argumentos contra e a favor desse projeto de lei, além da relação tênue entre a alta taxa de homicídios de jovens no Brasil com a etnia, classe social e idade, visto que a maioria deles é negra e pobre. Foram trazidos alguns questionamentos sobre o tráfico de drogas e de como ele sustenta o consumo de todas as classes sociais e que é uma rede internacional de negócios; a questão da privatização do aparelho de segurança, e principalmente, a naturalização da violência e de como certa violência torna-se aceitável, se direcionada a parcelas menos favorecidas da população.

Homofobia

Foi passado um vídeo com o relato de um professor do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Espírito Santos (UFES) sobre as definições e conceitos

que envolvem a questão do gênero e como as concepções de *sexo* e *gênero* foram historicamente constituídas. Tratou-se de um encontro informativo e esclarecedor, em que os participantes puderam aprender sobre o tema e compartilhar vivências em que sofreram ou presenciaram situações de homofobia, em diversos ambientes, dentro e fora da universidade. As informações contidas no vídeo e fornecidas por alguns dos participantes, somadas aos relatos de experiências vivenciadas, suscitaram importantes reflexões e pôde-se observar como o preconceito historicamente construído influencia as percepções e atitudes da sociedade em relação àqueles que não se enquadram nos padrões heteronormativos e, ao mesmo tempo, o quanto já se conquistou em termos de direitos da população LGBT ⁴.

Situação carcerária brasileira: presos e Direitos Humanos

Para essa roda de conversa, foram convidados como mediadores do debate dois terapeutas ocupacionais que em seus trabalhos de conclusão de curso estudaram o sistema carcerário em João Pessoa-PB. Eles iniciaram com uma dinâmica em que os participantes deveriam escrever em um pedaço de papel o crime que cada um já havia cometido. Depois, de olhos vendados, todos os participantes deveriam contar o que escreveram. A ideia foi iniciar a discussão do que é considerado crime no país, e que a criminalização muitas vezes é seletiva: tem cor, idade e classe social. Os profissionais trouxeram dados importantes em relação à condição precária e desumana do sistema carcerário brasileiro, o perfil das pessoas que estão nesse sistema, os principais problemas e os desafios existentes. Foi o encontro com o maior número de alunos participantes, com aproximadamente 50 estudantes da UFPB. A roda possibilitou um debate intenso, com divergências, contradições e trocas de experiências, gerando mobilização entre os participantes e um aparente desconforto para alguns deles. Foi um momento necessário de reflexão em torno daquilo que somos, enquanto sujeitos, e de como podemos nos tornar capazes de apreender essa realidade e de se conscientizar e agir sobre ela como profissionais e cidadãos, o que passa pela importância de se trabalhar os aspectos referentes ao julgamento moral, a partir de estudos, problematizações, debates, reflexões e vivências.

O uso de drogas ilícitas no Brasil: panorama atual e caminhos possíveis

Convidou-se para facilitar a discussão o Coletivo Antiproibicionista, composto por estudantes da UFPB e que vem promovendo estudos e debates sobre as questões da descriminalização e da legalização do uso de drogas. Foram discutidos alguns dos conceitos de droga, os múltiplos sentidos e finalidades de seu uso, o tratamento dado a essa temática por setores como a saúde, a segurança, a justiça, a grande mídia e a sociedade em geral. Participantes com pontos de vista contrastantes estavam presentes, o que enriqueceu a reflexão. Um dos pontos mais debatidos foi a diferença de

⁴ LGBT ou LGBTTTT é a sigla de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, que consistem em diferentes tipos de orientações sexuais.

aplicação da legislação referente ao uso e ao tráfico de drogas para as pessoas de classes populares, em sua maioria negras e pobres, fazendo-se links com as questões da violência, do encarceramento e da segurança pública e privada. Discutiu-se também a liberação de derivados da maconha para uso medicinal no Brasil, como o canabidiol.

Violência contra a mulher negra

O debate foi facilitado por mulheres negras, tanto estudantes da UFPB quanto membros de órgãos envolvidos com a questão da população negra, na UFPB e no estado da Paraíba. Foram trocadas informações sobre a violência sofrida pela mulher negra no Brasil e no mundo, que vai desde o rebaixamento no mercado de trabalho ao fato de constituírem a maioria das populações femininas ocupantes dos presídios. Os depoimentos de vivências pessoais relacionadas à violência historicamente construída e diariamente sentida geraram comoção, indignação, reflexão e intensos debates, chamando a atenção à solidão da mulher negra, tendo algumas das participantes discorrido sobre seus relacionamentos amorosos, no caso heteroafetivos, em que os parceiros não as assumem perante a sociedade. Levantaram-se importantes discussões acerca da discriminação no mundo do trabalho, em que devem lutar para ocupar cargos com maiores salários e atribuições mais complexas e, quando os conseguem, passam por situações constrangedoras com frequência, nas quais precisam provar sua capacidade para a função. Outras temáticas relevantes que emergiram foram a hipersexualização da mulher negra e o mito socialmente construído de que mulheres negras suportam maior sobrecarga de trabalho e de dor, chegando a situações em que recebem menos anestesia no momento do parto, em alguns serviços públicos de saúde.

O perfil da Política de cotas da UFPB e a construção da permanência estudantil

Foi convidado o docente da UFPB que tem encabeçado a luta pela implementação do sistema de cotas na instituição. Ele trouxe o histórico de como se deu a criação dessa política no Brasil e na UFPB, com dados da população negra nessa instituição, que aumentou consideravelmente após a política. Apontou a grande conquista que isso representa, como também os desafios para que se efetive dignamente a permanência dos cotistas na universidade, que muitas vezes não encontram as condições materiais e humanas necessárias para tal. Alguns participantes puderam ser esclarecidos sobre as atitudes a serem tomadas em casos de discriminação e preconceito no ambiente universitário e compartilharam vivências doloridas a esse respeito, incluindo agressões verbais de alguns docentes.

Assistência estudantil é um direito nosso!

O facilitador desse encontro foi o discente que compôs a comissão organizadora das rodas. A maior parte dos estudantes participantes já vinha se engajando em movimentos de luta pela melhoria da assistência estudantil, principalmente no que se refere

à residência estudantil e ao restaurante universitário, insuficiente para todos que dela necessitam. Os estudantes compartilharam suas vivências e o quanto sofrem prejuízos em sua vida acadêmica por não encontrarem a infraestrutura mínima para sua permanência na Universidade. Trocaram informações sobre as mobilizações, ainda tímidas, que vinham acontecendo, e sobre os meios para conseguir as diversas modalidades de assistência. Foi enfatizada a importância da mobilização efetiva dos estudantes para a garantia dos seus direitos, e cabe ressaltar que poucos meses depois ocorreu na UFPB o Movimento Greve de Fome, em que os estudantes se organizaram de forma independente e autônoma e que culminou em importantes conquistas para a assistência estudantil, mediadas por órgãos como o Ministério Público e a Comissão de Direitos Humanos da UFPB.

CONCLUSÕES

Os encontros possibilitados pelas rodas de conversa puderam, mesmo que de forma limitada, propiciar elementos que foram ao encontro do que acreditamos com relação ao papel social da Universidade e à greve como instrumento de luta. Foram discutidos temas sociais relevantes, sobre os quais os membros da Universidade devem se debruçar cotidianamente para, a partir de seu entendimento de forma crítica e reflexiva, propor, coletivamente, estratégias de intervenção. Possibilitou-se a reflexão em conjunto, a partir de diferentes perspectivas, o que acaba por ser tão difícil no exercício cotidiano das atividades acadêmicas, que de forma hegemônica ainda obedecem a uma lógica tradicional, disciplinar, produtivista e individualista de produção de conhecimento. Destaque-se também o fato de as rodas serem um espaço em que as pessoas sentem-se confortáveis para falar, formular suas questões, expor pensamentos, dúvidas, apreensões e críticas. É um espaço interessante de complementação dos espaços tradicionais, como as assembleias (com tempo mais curto para fala, ambiente menos acolhedor, temas menos específicos e possibilidade menor de desenvolver o diálogo). Não se deve minimizar, para os fins de engajamento e mobilização, o fato de as pessoas poderem falar, mais do que só ouvir.

Revitalizaram-se alguns espaços da Universidade, retomando-se a importância da ocupação da instituição durante a greve, não só pelos membros da comunidade acadêmica, mas pela comunidade em geral – ocupação que deve ser pensada e executada na direção de potencializar a Universidade como local de troca de saberes, de produção conjunta de conhecimento e de ações socialmente relevantes, em período ou não de greve, de forma a promover o reencanto do coletivo

REFERÊNCIAS

- [1] BRASIL. **Lei nº 9.192**, 21 de dezembro de 1995, Brasília, 2016.
- [2] BRASIL. **Projeto de Lei da Câmara**, n. 77, Brasília, 2016. Disponível em:

- <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122406>>.
Acesso em: 20 set. 2016.
- [3] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 set. 2016.
- [4] BRASIL. **Lei n° 7.783**, 28 de Junho de 1989. Brasília. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7783.htm>. Acesso em: 20 set. 2016.
- [5] BOURDIEU, P. **O Campo Científico**, In: ORTIZ, R. (Org.). São Paulo: Editora Ática, 1983.
- [6] BORDIGNON, A.; SALDANHA, J. M. L. O direito de greve no serviço público brasileiro, In: **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v.20, Edição Especial, p. 335-346, 2007.
- [7] CUNHA, L. A. **A Universidade Temporã**: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. São Paulo: Unesp, 2007.
- [8] _____. **A Universidade Reformanda**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. São Paulo: Unesp, 2007.
- [9] DA REDAÇÃO. Após 132 dias parados, professores da UFPB terminam a greve. **Jornal da Paraíba**, Paraíba, 06 de out. 2015. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/educacao/noticia/159483_apos-132-dias-parados--professores-da-ufpb-terminam-a-greve>. Acesso: 20 set. 2016.
- [10] FERNANDES, F. **Universidade Brasileira**: reforma ou revolução. São Paulo: Alfa- Omega, 1975.
- [11] _____. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Zahar, 1976.
- [12] INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2014 – Notas Estatísticas**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf>. Acesso em: 21 de set. 2016.
- [13] MAIS de 38 mil alunos da UFPB serão prejudicados com a greve dos professores. **WSCOM Inovação e Credibilidade**, Paraíba, 27 de maio 2015. Disponível em: <<http://www.wscm.com.br/noticias/paraiba/mais+de+38+mil+alunos+da+ufpb+serao+prejudicados+com+a+greve+dos+professores-186673>>. Acesso em: 20 set. 2016.
- [14] MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- [15] RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- [16] SANTOS, B. de S. Da idéia de universidade à universidade de idéias, In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Lisboa, n. 27/28, p.11-62, 1989.
- [17] SINÉSIO, V. Greve na UFPB: o prejuízo maior é para o aluno. **Jornal da Paraíba**, Paraíba, 13 de jul. 2015. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/noticia/154802_greve-na-ufpb--o-prejuizo-maior-e-para-o-aluno>. Acesso em: 20 set. 2016.

MARÍLIA MEYER BREGALDA professora assistente do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – e-mail: marimeyer@hotmail.com

BEATRIZ PRADO PEREIRA professora assistente curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

DANIEL DE CAMPOS ANTIQUERA professor assistente do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

JOANA ROSTIROLLA BATISTA DE SOUZA professora assistente do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)